

CURSO JURÍDICO FMB

**CURSO
ANALISTA DO MP**



**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
DOS MÓDULOS**

Sumário

DIREITO CIVIL	03
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	13
DIREITO PENAL	16
DIREITO PROCESSUAL PENAL	26
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	29
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	30
DIREITO EMPRESARIAL.....	34
DIREITO CONSUMIDOR.....	36
DIREITO AMBIENTAL.....	36
INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	37
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	38
DIREITO ELEITORAL.....	39
DIREITOS HUMANOS.....	42
PORTUGUÊS.....	43

DIREITO CIVIL

- Lei de introdução às normas do direito brasileiro;
- Conceito e classificação;
- Lei de efeito concreto;
- Vigência das normas;
- Sistemas de vigência;
- Vacatio legis;
- Cláusula de vigência;
- Forma de contagem;
- Lei Corretiva;
- Local de publicação das leis;
- Princípio da obrigatoriedade das leis;
- Princípio jura novit curia;
- Princípio da continuidade das leis;
- Repristinação;
- Fontes do Direito;
- Eficácia da Norma;
- Hipóteses;
- Revogação;
- Competência para Revogar as Leis;
- Princípio da segurança e da estabilidade social;
- Ineficácia;
- Interpretação da lei;
- Funções da interpretação;
- Interpretação quanto ao sujeito;
- Interpretação quando ao método;
- Interpretação quanto ao resultado;
- Interpretação progressiva;
- Mecanismos de Integração do ordenamento jurídico;
- Integração do ordenamento jurídico;
- Antinomias;
- Costumes;
- Princípios gerais;
- Equidade;
- A justiça alternativa;
- Antinomia;
- Espécies;
- Critérios de solução das antinomias aparentes do direito privado;
- Antinomia de 1º e 2º grau;
- Critérios de solução das antinomias aparentes do direito internacional;
- Critério de solução das antinomias de direito interno – internacional;
- Normas de direito internacional privado;
- Conceito;
- Qualificação do elemento de conexão;

- Princípios básicos;
- Eficácia da sentença estrangeira no Brasil;
- Das pessoas (naturais e jurídicas);
- Pessoas Naturais;
- Sujeitos de direito. Conceito. Espécie;
- Pessoa. Conceito. Espécie;
- Personalidade jurídica;
- Início da personalidade
- Conteúdo da personalidade;
- Fim da personalidade jurídica;
- Comoriência;
- Quase pessoa jurídica;
- Nascituro;
- Capacidade;
- Incapacidade absoluta e incapacidade relativa;
- Distinção entre representação e assistência;
- Distinção entre representação e substituição processual;
- Distinção entre incapacidade e falta de legitimidade;
- Distinção entre assistência e autorização;
- Rol dos absolutamente incapazes;
- Menores de dezesseis anos;
- Enfermo mental e deficiente mental;
- Pessoas que não exprimem a vontade;
- Rol dos relativamente incapazes;
- Maiores de 16 anos e menores de 18;
- Ébrios habituais e viciados em tóxico;
- Deficientes mentais e excepcionais;
- Pródigos;
- Índios
- Aquisição da capacidade plena;
- Formas de aquisição;
- Maioridade civil;
- Levantamento da interdição;
- Integração do índio;
- Emancipação;
- Emancipação voluntária;
- Emancipação judicial;
- Emancipação legal;
- Direitos da personalidade;
- Caracteres;
- Direito à identidade pessoal;
- Direito ao nome;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Elementos essenciais;
- Elementos facultativos ou secundários;
- Princípio da imutabilidade;
- Nome vocatório;

- Pseudônimo;
- Títulos qualificativos;
- Hipocorísticos;
- Proteção ao nome;
- Direito sobre o corpo;
- Direito à privacidade;
- Vida privada;
- Direito à imagem;
- Ausência;
- Ausência por motivos políticos;
- Pessoas jurídicas;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Classificação das pessoas jurídicas;
- Pessoas jurídicas de direito público;
- Generalidade;
- Responsabilidade civil;
- Regime das pessoas jurídicas de direito público;
- Representação;
- Pessoas jurídicas de direito privado;
- Breves conceitos
- Representação e administração;
- Início da personalidade jurídica;
- Desconsideração da personalidade jurídica;
- Associações;
- Conceito;
- Liberdade de associação
- Direito de representação coletiva;
- Constituição da associação
- Direitos e deveres dos associados;
- Exclusão do associado;
- Assembleia geral;
- Dissolução da associação;
- Destino do patrimônio da associação extinta;
- Organização religiosa e partidos políticos;
- Fundação;
- Elementos;
- Forma de instituição;
- Revogação do ato institucional;
- Aprovação do estatuto;
- Fiscalização da fundação;
- Elaboração do estatuto pelo Ministério Público;
- Alteração do estatuto;
- Extinção da fundação;
- Sociedades;
- Conceito;
- Espécies;
- Início da personalidade jurídica;

- Sociedade em comum;
- Sociedade em comum e comunhão;
- Cláusula leonina;
- Perdas sociais;
- Sócio remisso;
- Sociedade limitada;
- Responsabilidade subsidiária dos sócios;
- Responsabilidade direta dos sócios;
- Empresa individual de responsabilidade limitada;
- Do Domicílio;
- Domicílio da pessoa natural;
- Domicílio profissional;
- Domicílio aparente ou ocasional;
- Mudança de domicílio;
- Domicílio da pessoa jurídica;
- Dos Bens;
- Bens corpóreos e incorpóreos;
- Classificação dos bens;
- Efeitos da distinção entre bens móveis e imóveis;
- Dos Fatos jurídicos;
- Conceito;
- Aquisição dos direitos;
- Direitos atuais e direitos futuros
- Modificação dos direitos;
- Extinção dos direitos;
- Defesa dos direitos;
- Negócio jurídico;
- Ato jurídico e ato-fato-jurídicos;
- Classificação dos negócios e atos jurídicos;
- Existência, validade e eficácia dos atos ou negócios jurídicos;
- Requisitos de validade dos negócios jurídicos;
- Agente capaz;
- Objeto lícito;
- Objeto possível;
- Objeto determinado ou determinável;
- Forma;
- Motivo;
- Interpretação dos negócios jurídicos;
- Representação;
- Conceito
- Distinção entre representação e representante;
- Representação legal, voluntária e judicial;
- Os poderes de representação;
- Limitações aos poderes do representante;
- Benefício de restituição (“restitutio in integrum”). Conflito de interesses;
- Núncio ou mensageiro
- Modalidades dos atos ou negócios jurídicos
- Introdução;

- Cabimento;
- Condição;
- Conceito;
- Elementos da condição;
- Classificação da condição;
- Condição possível;
- Condição impossível;
- Condições fisicamente impossíveis;
- Condições juridicamente impossíveis;
- Condições causais, potestativas, mistas e promíscuas;
- Condições lícitas e ilícitas;
- Distinção entre condições ilícitas e condições juridicamente impossíveis;
- Condições positivas e negativas;
- Condições suspensivas;
- Retroatividade das condições suspensivas;
- Condições resolutivas;
- Distinção entre condição resolutiva e cláusula resolutiva;
- Termo;
- Conceito;
- Distinção entre termo e prazo;
- Classificação;
- Medidas conservatórias;
- Atos e negócios jurídicos que não admitem termo e condição;
- Prazo;
- Encargo ou modo
- Conceito;
- Distinção entre encargo e condição suspensiva;
- Revogação do ato por inexecução do encargo;
- Encargo ilícito ou impossível;
- Defeitos ou vícios do negócio jurídico
- Erro ou ignorância;
- Requisitos;
- Hipóteses de erro substancial;
- Erro de direito;
- Erro sobre o motivo;
- Transmissão de vontade por meios interpostos;
- Erro na indicação da coisa ou pessoa;
- Erro de cálculo;
- Conservação do negócio jurídico;
- Ônus da prova;
- Dolo
- Dolo civil, dolo penal e dolo processual;
- Distinção entre erro e dolo;
- Dolo e fraude;
- Espécies de dolo;
- Dolo principal e dolo accidental;
- Dolo positivo e dolo negativo;
- Dolus bônus e dolus malus;

- Dolo bilateral ou recíproco;
- Dolo direito e dolo de terceiro;
- Dolo de representante;
- Ônus da prova;
- Dolo quanto à idade;
- Coação;
- Requisitos da coação;
- Efeitos;
- Temor reverencial;
- Coação de terceiros;
- Estado de perigo;
- Fundamento da anulação;
- Requisitos do estado de perigo;
- Efeitos da anulação;
- Distinção entre coação e estado de perigo;
- Distinção entre estado de perigo e estado de necessidade;
- Conceito e espécies;
- Requisitos da lesão especial;
- Efeitos da lesão;
- Distinção entre lesão por necessidade e estado de perigo;
- Simulação;
- Espécies;
- Simulação absoluta e relativa;
- Simulação objetiva e subjetiva;
- Simulação inocente e maliciosa;
- Efeitos;
- Negócio fiduciário;
- Reserva mental;
- Requisitos;
- Modalidades de reserva legal;
- Reserva mental absoluta e relativa;
- Reserva mental inocente e ilícita;
- Reserva mental unilateral e bilateral;
- Efeitos da reserva mental;
- Distinção entre simulação e reserva mental;
- Distinção entre reserva mental e declaração jocosa, irônica ou cênica;
- Fraude contra credores;
- Conceito e requisitos;
- Consilium fraudis;
- Insolvência;
- Eventus damni;
- Negócio jurídico suscetível de fraude;
- Ação pauliana;
- Distinção entre simulação e fraude contra credores;
- Distinção entre fraude contra credores e fraude à execução;
- Da invalidade do negócio jurídico;
- Inexistência, nulidade e anulabilidade;
- Causas de nulidade absoluta

- Causas de nulidades relativas;
- Nulidades textuais e virtuais;
- Distinção entre a nulidade absoluta e a nulidade relativa;
- Efeitos de decretação da nulidade;
- Obrigações contraídas por menores;
- A invalidade do instrumento;
- Prescrição e decadência ou caducidade;
- Conceito;
- Fundamento da prescrição;
- Distinção entre prescrição e decadência;
- O regime jurídico prescricional e o decadencial;
- Renúncia à prescrição;
- A renúncia pode ser expressa ou tácita;
- O momento de arguição da prescrição
- Disposições gerais;
- Distinção entre impedimento, suspensão e interrupção da prescrição;
- Causas de impedimento ou suspensão da prescrição;
- Causas interruptivas da prescrição;
- Prazos prescricionais
- Posse;
- Teoria subjetiva;
- Teoria objetiva;
- Aquisição da posse;
- Da perda da posse;
- Detenção ou mera custódia;
- Natureza jurídica da posse;
- Objeto da posse
- Espécies de posse;
- Posse direta e indireta;
- Posse justa e injusta;
- Posse de boa-fé e de má-fé;
- Princípio da continuidade do caráter da posse;
- Posse jurídica e natural;
- Posse nova e velha;
- Posse ad interdicta e ad usucapionem;
- Posse pro diviso e pro indiviso;
- Posse trabalho e posse improdutiva;
- Comosse simples e de mão comum.
- Jus possiendi e jus possessionis;
- Obstáculos para aquisição da posse;
- Acessão da posse;
- Propriedade;
- Características do direito de propriedade;
- Propriedade urbana e rural;
- Aquisição da propriedade imóvel;
- Aquisição pelo registro de títulos (art. 1245 a 1247);
- Aquisição por acessão;
- Usucapião;

- Aquisição da propriedade móvel;
- Usucapião;
- Aquisição da propriedade imóvel;
- Ocupação;
- Especificação;
- Comistão;
- Confusão;
- Adjunção;
- Tradição;
- Perda da propriedade;
- Posse pro labore ou posse-trabalho;
- Dos direitos de vizinhança;
- Natureza jurídica: são obrigações propter rem;
- Direitos dos condôminos;
- Dos deveres dos condôminos;
- Condomínio;
- Da administração do condomínio;
- Da extinção do condomínio;
- Do condomínio edilício;
- Elementos constitutivos do condomínio edilício;
- Das unidades autônomas;
- Das áreas comuns
- Dos direitos dos condôminos;
- Dos deveres dos condôminos;
- Da extinção do condomínio edilício;
- Da propriedade resolúvel;
- Propriedade ad tempus;
- Direito de família;
- Casamento;
- Conceito;
- Processo de habilitação;
- Capacidade para o casamento;
- Impedimentos matrimoniais;
- Causas suspensivas;
- Oposição dos impedimentos e das causas suspensivas;
- Celebração do casamento;
- Provas do casamento;
- Anulabilidade do casamento por erro essencial;
- Eficácia do casamento;
- Introdução;
- Deveres conjugais;
- Introdução;
- Dever de fidelidade recíproca;
- Dever de coabitação;
- Dever de mútua assistência
- Dever de sustento, guarda e educação dos filhos;
- Dever de respeito e consideração mútuos;
- Regime de bens entre os cônjuges;

- Conceito;
- Espécies;
- Pacto antenupcial
- Regimes legal;
- Regime da separação de bens;
- Regime de separação legal ou obrigatória;
- Regime de comunhão parcial;
- Regime da comunhão universal;
- Regime de participação final no aqwestro;
- Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal;
- Introdução;
- Causas-remédio e causas-sanção;
- Legitimidade ativa – foro competente;
- Espécies de separação judicial;
- Separação judicial por mútuo consentimento ou amigável consensual;
- Separação consensual extrajudicial;
- Separação litigiosa ou separa-sanção;
- Separação por ruptura ou falência;
- Separação-remédio;
- Cláusula de dureza;
- Separação de fato;
- Efeitos da separação
- Reconciliação;
- Divórcio;
- Modalidades de divorcio. Legitimidade ativa;
- Divórcio direito;
- Efeitos do divórcio;
- Divórcio consensual extrajudicial;
- Guarda;
- União estável
- Conceito;
- Espécies;
- Efeitos da união estável;
- Meação;
- Alimentos;
- Direitos sucessórios;
- Parentesco;
- Introdução;
- Espécies de parentesco;
- Contagem de graus;
- Afinidade;
- Filiação;
- Conceito;
- Adoção à brasileira;
- Filiação pluriparental;
- Barriga de aluguel ou gestão por substituição ou por sub-rogação;
- Filiação social ou afetiva ou socioafetiva
- Alimentos;

- Fundamento constitucional;
- Fontes dos alimentos
- Conteúdo dos alimentos legais ou de direito de família;
- Local do pagamento;
- Características dos alimentos de direito de família;
- Bem de família;
- Conceito;
- Espécies;
- Paralelo entre o bem de família legal e o bem de família voluntário;
- Beneficiários do bem de família;
- Objeto;
- Finalidade;
- Valor do bem de família;
- Alienação do bem de família;
- Extinção do bem de família;
- Tutela;
- Conceito;
- Espécies de tutela;
- Incapazes de exercer a tutela;
- Garantia de tutela;
- Da responsabilidade do juiz do tutor e do protutor;
- Remuneração do tutor e protutor;
- Prestação de contas e balanço dos bens
- Cessaçãõ da tutela;
- Distinção entre poder familiar e tutela;
- Direito de sucessões
- Conceito;
- Formas de sucessão;
- Abertura da sucessão;
- Sucessão universal e singular;
- Da capacidade para suceder;
- Da indivisibilidade da herança;
- Renúncia da herança;
- Disposições comuns à aceitação e renúncia;
- Herança jacente;
- Do direito de representação;
- Requisitos do direito de representação;
- Efeitos do direito de representação;
- Da vocação dos herdeiros legítimos;
- Da ordem de vocação;
- Dos descendentes;
- Dos ascendentes;
- Cônjuge sobrevivente;
- Da sucessão da companheira ou companheiro;
- Do Estado;
- Da sucessão testamentária;
- Conceito e caracteres;
- Capacidade testamentária ativa;

- Formas de testamento;
- Testamento público;
- Testamento cerrado;
- Testamento particular;
- Testamento especial – caracteres e formas;
- Testemunhas testamentárias;
- Das disposições testamentárias em geral;
- Nulidade das disposições testamentárias;
- Cláusula de inalienabilidade;
- Legados;
- Espécies de legado;
- Direito de acrescer;
- Herdeiros necessários;
- Exclusão dos herdeiros facultativos;
- Substituição
- Deserdação;
- Causas da deserdação;
- Requisitos da deserdação;
- Revogação dos testamentos;
- Revogação expressa e revogação tácita;
- Rompimento ou ruptura do testamento;
- Redução das disposições testamentárias;
- Do inventário;
- Foro competente;
- Legitimidade ativa;
- Espécies de inventário;
- Arrolamento;
- Distinção entre inventário e arrolamento;
- Inventário extrajudicial;
- Partilha;
- Sobrepartilha;
- Emenda da partilha;
- Formal de partilha;
- Pagamento das dívidas;
- Anulação e rescisão da partilha;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Dos auxiliares da justiça;
- Do serventuário e do oficial de justiça;
- Do perito;
- Do depositário e do administrador;
- Do interprete;
- Dos atos processuais;
- Classificação;
- Atos das partes;
- Atos do juiz;

- Atos do escrivão ou do chefe da secretaria;
- Formalidades;
- Tempo dos atos processuais;
- Lugar dos atos processuais;
- Prazo;
- Contagem dos prazos;
- Regras especiais sobre prazos;
- Verificação dos prazos e das penalidades;
- Da comunicação dos atos processuais;
- Das cartas;
- Citação;
- Modalidades de citação;
- Citação pelo oficial de justiça;
- Citação pelo correio;
- Citação por meio eletrônico;
- Citação por edital;
- Citação por hora certa;
- Efeitos da citação;
- Da Intimação;
- Requisitos;
- Prazos;
- Outros atos processuais;
- Da distribuição e do registro;
- Das nulidades;
- Capacidade processual;
- conceito;
- Representação processual;
- Deveres das Partes e seus procuradores;
- Partes;
- Procuradores;
- Substituição das partes e dos procuradores;
- Litisconsórcio;
- Intervenção de terceiros;
- Assistência;
- Oposição;
- Nomeação à autoria;
- Denúnciação da lide;
- Chamamento ao processo;
- Recurso de terceiro prejudicado;
- Do Ministério Público;
- Do Juiz;
- Impedimento e suspeição – artigo 134 do CPC;
- Auxiliares da justiça;
- Competência;
- Competência;
- Classificação da competência
- Espécies;
- Critérios determinativos;

- Competência absoluta e relativa;
- Conexão, continência e prevenção;
- Conflito de competência;
- Critério prático para determinação da competência;
- Das provas;
- Conceito;
- Fatos que não dependem de prova;
- Produção de prova;
- Deveres das partes;
- Depoimento pessoal;
- Confissão;
- Prova documental;
- Prova testemunhal;
- Prova pericial;
- Inspeção judicial;
- Tutela antecipada;
- Hipóteses de cabimento;
- Requisitos para concessão da tutela antecipada;
- Características
- Procedimento;
- Audiência no procedimento comum ordinário art. 444 e ss. Do CPC;
- Espécies;
- Princípios normativos;
- Características;
- Atos preparatórios;
- Fases da audiência;
- Sentença – arts. 162, § 1º, 267 e 269;
- Conceito;
- Finalidade;
- Espécies;
- Requisitos;
- Oportunidades em que a sentença pode ser proferida;
- Publicação e intimação;
- Efeitos;
- Dos recursos;
- Teoria geral;
- Princípios;
- Pressupostos recursais;
- Pressupostos subjetivos;
- Pressupostos objetivos;
- Juízo de admissibilidade;
- Exceções;
- Efeitos dos recursos;
- Efeito devolutivo;
- Efeito suspensivo;
- Correção parcial;
- Recurso adesivo;
- Recursos em espécie;

- Recurso de apelação – art. 513 a 521 do CPC;
- Procedimentos;
- Efeitos;
- Conteúdo;
- Processamento em primeiro grau;
- Processamento em segundo grau;
- Agravo – art. 522 a 529 CPC;
- Espécies;
- Juízo de admissibilidade do relator;
- Custas;
- Peças obrigatórias;
- Peças facultativas;
- Embargos de declaração;
- Procedimento;
- Quadro simplificativo;
- Do processo cautelar – arts. 796 a 889 do CPC;
- Classificação das medidas cautelares;
- Condições da ação;
- Pressupostos de procedência;
- Poder geral da cautela – art. 798 e 799;
- Competência – art 800;
- Liminar;
- Eficácia da decisão;
- Espécies de cautelares;

DIREITO PENAL

- Da aplicação da lei penal;
- Anterioridade da lei;
- A lei penal no tempo – art. 2º do CP;
- Lei excepcional ou temporária (leis intermitentes);
- Tempo do crime;
- Lei penal no espaço;
- Princípio da territorialidade – art. 5º do CP;
- Princípio da personalidade (ou da nacionalidade) e princípio do domicílio;
- Princípio da defesa;
- Princípio da justiça universal;
- Princípio da representação;
- Conceito de território;
- Lugar do crime (“locus delicti”);
- Extraterritorialidade;
- Espécies de extraterritorialidade;
- Intraterritorialidade;
- Conceito e natureza jurídica;
- As imunidades diplomáticas;
- Pena cumprida no estrangeiro;
- Eficácia da sentença penal estrangeira no Brasil;

- Da lei penal em relação às pessoas;
- Imunidades parlamentares;
- Presidente da República;
- Contagem do prazo penal;
- Frações não computáveis da pena;
- Legislação especial;
- Do crime;
- Conceito de crime;
- Conceito formal;
- Conceito material;
- Conceito analítico;
- Teorias;
- Objeto do crime;
- Sujeito ativo do crime;
- Designação do sujeito ativo;
- Capacidade penal ativa;
- Imunidade e capacidade;
- Sujeito passivo do crime;
- Classificação doutrinária dos crimes;
- Outros delitos;
- Do Fato típico;
- Conceito e caracteres;
- Elementos do fato típico;
- Nexo causal no Código penal;
- Causas absolutamente independentes;
- Relativamente independentes;
- Nexo causal nos crimes omissivos impróprios
- Teoria da imputação objetiva;
- Conflito aparente de normas;
- Do crime consumado;
- Da tentativa;
- “iter criminis”;
- Elementos da tentativa;
- Inadmissibilidade da tentativa;
- Espécies de tentativa;
- Desistência voluntária e arrependimento eficaz;
- Arrependimento posterior;
- Crime impossível;
- Do dolo;
- Teorias do dolo;
- Do crime culposo;
- Causa de exclusão da culpa;
- Agravação do resultado;
- Erro sobre os elementos do tipo;
- Espécies;
- Descriminantes putativas;
- Erro accidental;
- Erro sobre a ilicitude do fato;

- Coação moral irresistível;
- Obediência hierárquica;
- Exclusão da ilicitude ou antijuridicidade;
- Função indiciária do tipo;
- Causas excludentes da antijuridicidade;
- Causas supralegais de exclusão da ilicitude;
- Estado de necessidade;
- Espécies de estado de necessidade;
- Legítima defesa;
- Requisitos;
- Espécies;
- Exercício regular do direito;
- Lesões no esporte;
- Intervenções cirúrgicas;
- Ofendículo;
- Estrito cumprimento do dever legal;
- Da culpabilidade
- Teorias da culpabilidade;
- Inimputabilidade;
- Semi-imputabilidade;
- Menoridade;
- Emoção e paixão;
- Embriaguez;
- Espécies;
- “actio libera in causa”;
- Potencial consciência da ilicitude;
- Exigibilidade de conduta diversa;
- Das causas excludentes da culpabilidade (dirimente);
- Do concurso de pessoas;
- Requisitos;
- Espécies de concurso de pessoas;
- Autoria e coautoria;
- Teoria da autoria;
- Formas de autoria;
- Espécies de autoria;
- Participação;
- Circunstâncias incommunicáveis;
- Das penas;
- Das espécies de pena;
- Das penas Privativas de liberdade;
- Conceito e espécie;
- Regimes prisionais;
- Sistemas penitenciários;
- Fixação dos regimes iniciais de cumprimento da pena;
- Reclusão e detenção;
- Pena de reclusão;
- Pena de detenção;
- Reincidência;

- Regras dos regimes;
- Regime especial;
- Direito dos presos;
- Remição;
- Progressão de regime;
- Regressão do regime;
- RDD;
- Superveniência de doença mental;
- Detração penal;
- Execução provisória da pena
- Requisitos para execução provisória;
- Das penas restritivas de direito;
- Características das penas restritivas de direito;
- Critérios de aplicação das penas restritivas de direito;
- Conversão em privativa de liberdade;
- Espécies de penas restritivas de direito;
- Da pena de multa;
- Multa;
- Conceito e objeto
- Cominação da pena multa;
- Aplicação da pena multa;
- Execução da pena multa;
- Suspensão da execução da multa;
- Prescrição da pena multa;
- Cominação das penas;
- Aplicação da pena;
- Critério trifásico da aplicação da pena;
- Reincidência;
- Concurso de crimes;
- Conceito e espécies;
- Concurso material;
- Concurso formal;
- Crime continuado;
- Pena de multa no concurso de crimes;
- Limites da pena;
- Sursis;
- Conceito;
- Espécies
- Requisitos;
- Período de prova;
- Revogação do sursis;
- Hipóteses de cassação do sursis;
- Sursis sucessivo e simultâneo;
- Livramento condicional;
- Conceito;
- Espécies;
- Requisitos;
- Processamento do livramento condicional;

- Legitimados para requerer o livramento
- Período de provas;
- Revogação unilateral;
- Livramento condicional para estrangeiros;
- Reabilitação penal;
- Das medidas de segurança;
- Conceito;
- Pressupostos e requisitos;
- Sistemas de aplicação da medida de segurança;
- Modalidades de medida de segurança;
- Aplicação da medida de segurança;
- Execução das medidas de segurança;
- Prescrição da medida de segurança
- Da extinção da punibilidade;
- Conceito de punibilidade;
- O rol do art. 107 do CP;
- Efeitos;
- Crimes acessórios, complexos e conexos;
- Prazo prescricional;
- Termo inicial da prescrição;
- Causas suspensivas da prescrição;
- Causas interruptivas da prescrição;
- Prescrição da pena de multa;
- Prescrição das penas restritivas de direito;
- Prescrição virtual ou antecipada;
- Dos crimes contra a pessoa;
- Homicídio;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Espécies;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Núcleo do tipo
- Meios de execução;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Homicídio privilegiado;
- Homicídio eutanásico ou piedoso ou compassivo;
- Homicídio qualificado;
- Interpretação analógica;
- Homicídio hediondo. Homicídio praticado por grupo de extermínio e por milícia privada
- Homicídio contra menor e pessoa idosa;
- Homicídio culposo;
- Espécies;
- Homicídio culposo no Código de Transito Brasileiro;
- Perdão judicial;

- Participação em suicídio;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Núcleo do tipo
- Meios de execução;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Causas de aumento de pena;
- Ação penal;
- Infanticídio;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Influência do estado puerperal;
- Elemento temporal;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Ação penal;
- Aborto;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Conceito;
- Núcleo do tipo
- Elementos do crime
- Emprego de meios dirigidos à provocação do aborto;
- Morte do Produto da Concepção;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa.
- Espécies de Aborto;
- Autoaborto (Art. 124, 1ª Parte);
- Aborto Consentido e Aborto Consensual;
- Aborto Praticado sem o Consentimento da Gestante;
- Aborto Qualificado (Art. 127);
- Aborto Legal;
- Aborto Necessário ou Terapêutico ou Profilático;
- Aborto Sentimental ou Humanitário ou Ético;
- Ação Penal;
- Lesão Corporal;
- Conceito;
- Modalidades e Características da Lesão Corporal;
- Sujeito Ativo;
- Objetividade Jurídica;

- Sujeito Passivo;
- Núcleo do Tipo;
- Elemento Subjetivo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Lesão Corporal Leve;
- Lesões Corporais Graves e Gravíssimas;
- Análise das Hipóteses de Lesão Corporal Grave;
- Incapacidade para as Ocupações Habituais por mais de 30 (trinta) Dias –(Art. 129, § 1º I);
- Perigo de Vida (Art.129, § 1º II);
- Debilidade Permanente de Membro, Sentido ou Função (Art.129, § 1º III);
- Aceleração do Parto (Art. 129, § 1º, IV);
- Análise das Hipóteses de Lesão Corporal Gravíssima;
- Incapacidade Permanente para o Trabalho (Art. 129, § 2º, I);
- Enfermidade Incurável (Art. 129, § 2º, II);
- Perda ou Inutilização de Membro, Sentido ou Função (Art. 129, § 2º, III);
- Deformidade Permanente (Art. 129, § 2º, IV);
- Aborto (Art. 129, § 2º, V);
- O Concurso de Qualificadoras;
- Lesão Corporal seguida de morte (Art. 129, § 3º, do CP);
- Lesões Culposas;
- Ação Penal;
- Crimes contra o Patrimônio;
- Conceito de Patrimônio;
- Os Crimes Contra o Patrimônio e sua Relação com a Usucapião;
- Furto;
- Conceito;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito Ativo;
- Sujeito Passivo;
- Elementos Objetivos e Normativos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Furto Noturno;
- Conflito Aparente de Normas;
- Furto Privilegiado;
- Furto Qualificado;
- Furto Qualificado Mediante Destruição ou Rompimento de Obstáculo;
- Furto Qualificado pelo Abuso de Confiança;
- Furto Qualificado pela Fraude;
- Furto Qualificado pela Escalada;
- Furto Qualificado pela Destreza;
- Furto Qualificado pela Chave Falsa;
- Furto Qualificado pelo Concurso de Pessoas;
- Furto de Veículos Automotor que venha a ser Transportado para outro Estado ou para o Exterior;
- Furto de coisa Comum;

- Conceito;
- Sujeito Ativo;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito Passivo;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elementos Subjetivos do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Ação Penal;
- Roubo;
- Conceito;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito Ativo;
- Sujeito Passivo;
- Objeto Material;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Espécies;
- Elemento subjetivo do Tipo;
- Consumação e Tentativa;
- Arrependimento de Inopino e Trombada;
- Roubo Qualificado, Agravado ou circunstanciado;
- Roubo Qualificado pela Lesão Corporal Grave (§ 3º, 1ª parte);
- Roubo Qualificado pelo Resultado Morte;
- Ação Penal;
- Perguntas.
- Extorsão;
- Conceito;
- Objetividade Jurídica;
- Sujeito Ativo;
- Sujeito Passivo;
- Elementos Objetivos do tipo;
- Elementos Subjetivos do tipo;
- Consumação e tentativa;
- Extorsão Qualificada;
- Extorsão Qualificada pelo resultado;
- Distinção entre roubo e extorsão;
- Extorsão qualificada pelo sequestro (sequestro relâmpago);
- Extorsão mediante sequestro;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito Ativo;
- Sujeito Passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elementos subjetivos do tipo;
- Consumação e tentativa;
- Extorsão mediante sequestro qualificada;
- Extorsão mediante sequestro qualificada pelo resultado;
- Causa de redução de pena;

- Extorsão indireta;
- Conceito;
- Objetividade jurídica;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elementos subjetivos do tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Falsidade documental;
- Conceito de documento;
- Forma escrita;
- Existência de autor determinado;
- Conteúdo;
- Relevância jurídica;
- Documento genuíno e verídico;
- Documento público e documento particular;
- Documento público por equiparação legal;
- Falsidade material de documento público e particular;
- Conceito;
- Sujeito ativo;
- Bem jurídico;
- Sujeito passivo;
- Elementos objetivos do tipo;
- Elementos subjetivos;
- Consumação e tentativa;
- Falsidade Material Documental Previdenciária;
- Falsidade Ideológica;
- Conceito;
- Sujeito Ativo;
- Bem Jurídico;
- Sujeito Passivo;
- Elementos Objetivos do Tipo;
- Elemento Subjetivo do Tipo;
- Consumação;
- Tentativa;
- A questão do abuso do papel assinado em branco;
- Simulação;
- Falsidade Ideológica no Registro Civil;
- Crimes Contra a Administração Pública;
- Peculato;
- Bem jurídico protegido no peculato;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo;
- Objeto material;
- Peculato próprio;
- Tentativa;
- Peculato impróprio ou peculato-furto;

- Objeto do peculato;
- Peculato culposo;
- Peculato mediante erro de outrem;
- Inserção de dados falsos em sistema de informações;
- Tentativa;
- Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informática;
- Sujeito Ativo;
- Elemento subjetivo;
- Sujeito ativo;
- Tipos;
- Sujeito passivo;
- Bem jurídico protegido;
- Núcleo do tipo;
- Objeto material do crime;
- Elemento subjetivo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Excesso de Exação;
- Sujeito ativo;
- Objeto material;
- Elemento subjetivo;
- Consumação;
- Tentativa;
- Corrupção Passiva;
- Sujeito ativo;
- Sujeito passivo
- Núcleo do tipo;
- Objeto material;
- Elemento subjetivo do tipo;
- Consumação
- Tentativa;
- Pena;
- Corrupção passiva qualificada ou exaurida;
- Corrupção passiva privilegiada;
- Prevaricação;
- Sujeito ativo;
- Núcleo do tipo;
- Elemento subjetivo;
- Prevaricação imprópria;
- Sujeito ativo;
- Consumação;
- Tentativa
- Conceito de funcionário público;
- Concurso de pessoas;
- Desacato;
- Dispositivo legal;
- Conceito e objetividade jurídica;
- Tipo objetivo e tipo subjetivo

- Consumação e tentativa;
- Concurso de crimes;
- Falso testemunho ou falsa perícia;
- Dispositivo legal;
- Conceito e objetividade jurídica;
- Tipo objetivo e tipo subjetivo
- Consumação, tentativa e retratação;
- Forma majorada;
- Ação penal
- Corrupção da testemunha ou perito;
- Lei n.º 8.072/90 – lei dos crimes hediondos;
- Alterações da lei n.º 8.072/90 – até o momento;
- Lei n.º 8.930/94;
- Lei nº 9.695/98;
- Lei n.º 11.464/2007;
- Lei n.º 12.015/2009;
- Lei nº 9.455/97 – Lei dos crimes de tortura;
- Lei n.º 10.826/2003 – Estatuto do desarmamento;
- Lei n.º 4.898/1965 – abuso de autoridade;
- Lei n.º 9.613/98 – Lei de lavagem de dinheiro

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Processo penal;
- Princípios aplicáveis ao processo penal;
- Inquérito Policial;
- Conceito e Finalidade;
- Destinatários;
- Polícia Judiciária;
- Características do Inquérito Policial;
- Dispensabilidade;
- Valor Probatório;
- Vícios do Inquérito Policial
- Prazo para conclusão do Inquérito Policial
- “NOTITIA CRIMINIS “;
- Incomunicabilidade do inquérito policial;
- Instauração do Inquérito Policial.
- Procedimento do Inquérito Policial;
- Ocorrências Possíveis após o Encerramento do Inquérito Policial;
- Sujeitos processuais;
- Juiz;
- Partes;
- Ministério público;
- Acusado;
- Defensor;
- Assistente de acusação;
- Auxiliares da justiça;
- Fatos e atos processuais;
- Atos das partes;

- Atos dos juízes;
- Atos dos auxiliares da justiça;
- Atos de terceiros;
- Classificação dos atos processuais;
- Termos;
- Citação;
- Conceito e finalidade
- Espécies de citação;
- Citação real
- Citação ficta;
- Revelia;
- Consequências do não comparecimento do réu citado por edital;
- Notificação e intimação;
- Notificação e intimação;
- Conceito;
- Procedimento;
- Regras especiais;
- Prisão;
- Conceito e espécies;
- Prisão processual e procedimentos relativos ao mandado de prisão;
- Prisão especial;
- Prisão provisória domiciliar;
- Prisão de eleitor;
- Prisão em flagrante;
- Conceito e hipóteses legais de prisão em flagrante;
- Espécies de flagrante;
- Sujeitos do flagrante;
- Auto de prisão em flagrante;
- Prisão preventiva;
- Requisitos da prisão preventiva;
- Espécies de prisão preventiva;
- Decretação da prisão preventiva;
- Prisão temporária;
- Conceito e base legal;
- Prazo;
- Fundamentos da prisão temporária;
- Procedimento da prisão temporária;
- Liberdade provisória;
- Conceito;
- Espécies de liberdade provisória;
- Liberdade provisória sem fiança;
- Liberdade provisória com fiança;
- Dos atos jurisdicionais ou dos atos dos juízes;
- Requisitos legais da sentença;
- Forma da sentença;
- Efeitos da sentença;
- Princípio da correlação;
- Publicação da sentença;
- Intimação da sentença;

- Sentença absolutória;
- Sentença condenatória;
- Coisa julgada;
- Do procedimento comum ordinário
- Rejeição da denúncia ou queixa;
- Recebimento da denúncia ou queixa;
- Procedimento sumário;
- Etapas do rito sumário;
- Do procedimento dos crimes de competência do tribunal do júri;
- Desaforamento;
- Do procedimento especial dos crimes contra a honra;
- Regras especiais relativas ao procedimento nos crimes contra a honra;
- Do procedimento especial dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos;
- Recursos;
- Classificação dos recursos quanto à iniciativa;
- Hipóteses de cabimento do recurso de ofício;
- Pressupostos recursais;
- Efeitos dos recursos;
- Vedação da Reformatio in pejus;
- Recurso em sentido estrito;
- Prazo;
- Procedimento;
- Efeitos;
- Apelação;
- Hipóteses de cabimento;
- Prazo da apelação;
- Processamento;
- Efeitos;
- Habeas corpus;
- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Espécies;
- Legitimidade ativa;
- Legitimidade passiva;
- Inadmissibilidade;
- Cabimento;
- Hipóteses legais de cabimento;
- Competência;
- Processamento;
- Procedimento;
- Efeitos;
- Recursos cabíveis;
- Embargo de declaração;
- Embargos infringentes e embargos de nulidade;
- Carta testemunhável;
- Correção parcial;
- Lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/1.998);
- Introdução;

- Teoria da cegueira deliberada;
- Competência;
- Efeitos da condenação
- Recapitulando;
- Código de trânsito brasileiro – CTB – lei nº 9.503/97;
- Crimes em espécie;
- Crimes de perigo do CTB;
- Lei ambiental – lei nº 9.605/98;
- Lei de drogas – lei nº 11.343/06;
- Considerações sobre a lei dos crimes hediondos;
- Considerações sobre as revogadas leis 6.368/1976 E 10.409/2002;
- Lei N.º 11.340/2006 – Lei Maria Da Penha;

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Constituição;
- Conceito;
- Classificação das constituições;
- Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988;
- Direitos e garantias fundamentais;
- Direito à vida;
- Direito à propriedade;
- Direito à igualdade;
- Direito à liberdade;
- Direito à segurança;
- Direitos sociais;
- Da nacionalidade;
- Perda da nacionalidade;
- Idioma oficial da República Federativa do Brasil;
- Símbolos da República Federativa do Brasil;
- Dos direitos políticos;
- Definição;
- Direitos políticos positivos e direitos políticos negativos;
- Direitos políticos positivos;
- Direito de sufrágio;
- Iniciativa popular;
- Plebiscito;
- Referendo;
- Voto;
- Elegibilidade;
- Cidadania passiva;
- A situação peculiar dos militares;
- Direitos políticos negativos;
- Inelegibilidade;
- Privação dos direitos políticos;
- Perda;
- Suspensão;
- Organização do Estado;

- Características básicas das federações em geral;
- Formação de Estados;
- Incorporação;
- Subdivisão de Estados;
- Desmembramento;
- Requisitos;
- Formação de Municípios;
- Requisitos – Municípios;
- Administração pública;
- Organização dos poderes;
- Poder Legislativo;
- Câmara dos Deputados;
- Senado Federal;
- Estatuto dos Congressistas
- Incompatibilidades ou deveres;
- Perda do mandato;
- Processo legislativo;
- Fiscalização contábil, financeira e orçamentária;
- Tribunal de Contas da União;
- Poder executivo;
- Poder judiciário;
- Lei 8.625/93 – Lei orgânica nacional do Ministério Público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Direito Administrativo;
- Conceito;
- Administração Pública;
- Administração pública no sentido funcional, objetivo ou material;
- Características da Função Administrativa;
- Administração Pública em Sentido Subjetivo;
- Serviço público;
- Fomento;
- Polícia administrativa;
- Intervenção;
- Administração pública no sentido subjetivo, orgânico ou formal;
- Pessoas jurídicas que compõem a administração pública;
- As pessoas Políticas;
- Órgãos públicos;
- Classificação dos órgãos públicos;
- Agentes públicos;
- Terceiro setor;
- Princípios da administração;
- Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular;
- Princípio da Legalidade;
- Princípio da Presunção de Legitimidade e de Veracidade dos Atos Administrativos;
- Princípio da Impessoalidade;
- Princípio da Hierarquia;

- Princípio da Publicidade;
- Princípio da Eficiência;
- Princípio da Motivação;
- Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade;
- Princípio da Moralidade Administrativa;
- Princípio do Controle ou Tutela;
- Princípio da Autotutela;
- Princípio do Controle Judicial;
- Princípio da Celeridade;
- Poderes da Administração Pública;
- Poder Normativo;
- Poder Hierárquico;
- Poder Disciplinar;
- Poder de Polícia;
- Fundamento;
- Meios de Atuação;
- Características;
- Polícia Administrativa e Polícia Judiciária;
- Competência para a Adoção de Medidas de Polícia Administrativa;
- Delegação de Atos de Polícia Administrativa;
- Delegação do Poder de Polícia a Entidades da Administração Indireta;
- Limites ao Exercício do Poder de Polícia;
- Atos Administrativos;
- Atributos;
- Perfeição, Validade e Eficácia;
- Elementos dos Atos Administrativos;
- Sujeito;
- Objeto;
- Forma;
- Motivo;
- Finalidade;
- Discricionariedade e Vinculação;
- Hipóteses de Ocorrência de Discricionariedade;
- Controle de Legalidade e de Mérito;
- Extinção do Ato Administrativo;
- Anulação ou Invalidação;
- Efeitos;
- Competência;
- Revogação;
- Efeitos;
- Revogação e anulação e o dever de indenizar
- Convalidação;
- Classificação dos atos administrativos;
- Atos administrativos em espécie;
- Responsabilidade do servidor;
- A responsabilidade administrativa;
- Prescrição;
- Responsabilidade civil;
- Responsabilidade penal;

- Comunicabilidade de instâncias;
- Alguns diretos equivalentes aos dos empregados;
- Licitação;
- Conceito;
- Objetivos da Licitação;
- Pessoas obrigadas a licitar;
- Legislação a respeito de licitação;
- Normas gerais de licitação;
- Princípios da Licitação;
- Legalidade e Procedimento Formal;
- Impessoalidade;
- Moralidade e Probidade Administrativa;
- Igualdade;
- Publicidade;
- Vinculação ao Instrumento Convocatório;
- Sigilo na Apresentação das Propostas;
- Julgamento Objetivo;
- Adjudicação Compulsória;
- Ampla Defesa;
- Obrigatoriedade de Licitação;
- Inexigibilidade e Dispensa de Licitação;
- Inexigibilidade de Licitação;
- Dispensa de Licitação;
- Modalidades;
- Concorrência;
- Tomada de Preços;
- Convite;
- Comparação entre Concorrência, Tomada de Preços e Convite;
- Concurso;
- Leilão;
- Pregão;
- O Registro Cadastral;
- O Registro de Preços;
- Licitações Internas e Licitações Internacionais;
- Etapas Internas e Externas da Licitação.
- Etapa Externa da Licitação;
- Instauração ou Abertura;
- Impugnação do Edital;
- Habilitação;
- A habilitação jurídica;
- Classificação;
- Julgamento;
- Critérios de Desempate;
- Homologação e adjudicação.
- Anulação da Licitação;
- Revogação da Licitação;
- Recursos administrativos;
- Contratos administrativos;

- O conceito de contrato administrativo;
- O regime jurídico de direito público – cláusulas exorbitantes e derogatórias de direito comum;
- A alteração unilateral do contrato;
- Rescisão unilateral;
- Aplicação de sanções ao contratado;
- Execução dos contratos;
- Inexecução dos contratos
- Consequências da inexecução;
- Revisão do contrato;
- Recisão do contrato;
- Rescisão administrativa;
- Rescisão amigável;
- Rescisão judicial;
- Rescisão de pleno direito;
- Principais contratos administrativos;
- Contrato de obras públicas; e contrato de prestação de serviço;
- Modalidades de execução indireta da obra ou do serviço;
- A empreitada;
- A tarefa;
- Contrato de fornecimento;
- Contrato de concessão;
- Contrato de concessão de serviço público;
- Legislação;
- Breves considerações e conceito;
- Características do contrato de concessão de serviço público;
- A reversão dos bens;
- Concessão e permissão de serviços públicos;
- Contrato de concessão de obra pública;
- Contrato de concessão de uso de bem público;
- Contrato de concessão administrativa de uso;
- Contrato de concessão de direito real de uso de bem público;
- Contrato de concessão de uso especial para fins de moradia;
- Servidores Públicos;
- Agente público;
- Conceito;
- Classificação dos agentes públicos;
- Agentes políticos;
- Servidores públicos;
- Militares;
- Particulares em colaboração com o poder público;
- Os servidores públicos e sua relação com cargos, empregos e funções;
- Algumas considerações sobre os cargos públicos;
- Criação e extinção
- Classificação dos cargos;
- Lotação dos cargos e redistribuição;
- Provimento;
- Provimento originário;

- Provimento derivado;
- Provimento em comissão;
- Provimento efetivo;
- Provimento vitalício;
- Vacância;
- Normas constitucionais aplicáveis ao servidor público;
- Introdução;
- O princípio da isonomia;
- Acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas;
- Condições de ingresso;
- Direito à livre associação sindical;
- Direito de greve;
- Sistema remuneratório;
- Sistema de subsídio;
- Sistema de vencimento ou remuneração;
- Competência para afixação de vencimento e subsídio;
- Normas aplicáveis aos subsídios e às remunerações;
- Teto das remunerações e subsídios;
- Irredutibilidade de remuneração e subsídio;
- Proibição de acumulação remunerada de cargo, empregos ou funções;
- Aposentadoria;
- Aposentadoria dos ocupantes de cargos efetivos;
- O cálculo dos proventos da aposentadoria;
- As pensões e os proventos;
- Tratamentos transitórios;
- Contribuição previdenciária;
- O abono de permanência;
- Estabilidade;

DIREITO EMPRESARIAL

- Títulos de crédito;
- Direito cambiário;
- Títulos de crédito;
- Letra de câmbio;
- Aceite;
- Endosso;
- Aval;
- Pagamento;
- Protesto;
- Ação cambial;
- Duplicata;
- Falência (Lei 11.101/05);
- Teoria geral da empresa;
- Conceito;
- Empresário;
- Atividades que não são consideradas empresariais;
- Capacidade empresarial;
- Impedidos de exercer atividade empresarial;

- Estabelecimento empresarial;
- Conceito elementos do estabelecimento;
- Distinção entre estabelecimento empresarial, empresa e empresário;
- Alienação, usufruto e arrendamento do estabelecimento comercial;
- Nome empresarial;
- Conceito;
- Distinção entre nome empresarial e marca;
- Firma e denominação;
- Cancelamento do nome;
- Registro empresarial;
- Instituto exclusivo da atividade empresarial;
- Escrituração empresarial;
- Livros obrigatórios;
- Sociedades;
- Conceito;
- Diferença entre sociedade empresarial e sociedade simples;
- Classificação das sociedades;
- Direitos dos sócios na sociedade simples;
- Resolução das sociedades simples em relação a um dos sócios;
- Extinção da sociedade simples;
- Sociedade em nome coletivo;
- Sociedade em comandita simples;
- Comentários à Lei 12.441/11;
- EIRELE (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada);
- A sociedade limitada;
- Credor do sócio;
- Alienação da quota;
- Administração da sociedade;
- Conselho fiscal da sociedade limitada;
- Sociedade autônoma ou companhia
- Calores mobiliários;
- Classificação das ações
- Compra de ações pela sociedade anônima;
- Capital social;
- Constituição da sociedade anônima;
- Abertura do capital social;
- Assembleia geral;
- Conselho de administração;
- Diretoria;
- Conselho fiscal;
- Direito de voto;
- Acordo de votos;
- Incorporação;
- Fusão;
- Cisão;
- Sociedade anônima subsidiária integral;
- Sociedade de economia mista;
- Sociedade em comandita por ações;

- Contratos mercantis;
- Compra e venda mercantil;
- Comissão mercantil;
- Concessão comercial;
- Contrato de representação comercial;
- Leasing ou arrendamento mercantil;
- Contrato de franquia ou franchising;
- Contrato de alienação fiduciária em garantia;
- Contrato de reserva de domínio;

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Conceito de consumidor;
- Conceito de fornecedor;
- Política nacional de relação de consumo e princípios;
- Direitos básicos do consumidor;
- Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço;
- Responsabilidade civil pelo vício do produto e serviço;
- Teoria de desconconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica;
- Prática comercial;
- Oferta;
- Práticas abusivas;
- Cobrança de débito;
- Banco de dados e cadastro;
- Proteção contratual;
- Sanções administrativas;
- Defesa do consumidor em juízo;

DIREITO AMBIENTAL

- Princípios fundamentais do Direito Ambiental;
- Princípios fundamentais;
- Competência em matéria ambiental;
- Política nacional do meio ambiente (PNMA);
- Sistema nacional do meio ambiente;
- Meio ambiente do trabalho;
- Espaço territoriais especialmente protegidos;
- Lei n.º 9.985/00 – Sistema nacional de unidades de conservação(SNUC);
- Estudo prévio de impacto ambiental (EIA/RIMA);
- Licenciamento ambiental;
- Infrações ambientais administrativas;
- Recursos hídricos. Regime jurídico;
- A proteção da flora;
- Recursos minerais – regime jurídico;
- Meio ambiente cultural: o Estado e a proteção do patrimônio cultural;
- Zoneamento;
- Inquérito civil público;

INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- Tutela dos interesses difusos e coletivos;
- Introdução;
- Conceito de interesse;
- Características da tutela coletiva;
- Categorias de interesse metaindividual;
- Interesses difusos;
- Interesses coletivos;
- Interesses individuais homogêneos;
- A característica de cada espécie de interesse;
- Ação civil pública;
- Conceito
- Procedimento da ação civil pública;
- Legitimidade;
- Legitimados ativos;
- Regras particulares;
- Competência na ação civil pública;
- Competência de jurisdição;
- Competência de foro;
- Identidade de ações civis públicas;
- Inquérito policial;
- Inquérito civil;
- Fases do inquérito civil;
- Instauração;
- Instrução;
- Conclusão;
- Transação nos interesses metaindividuais;
- Multa cominatória;
- Coisa julgada coletiva;
- Liquidação da sentença;
- Cumprimento da sentença;
- Execução de título executivo extrajudicial;
- O ministério público e o cumprimento da sentença;
- Fundos;
- Recursos;
- Custas e sucumbência;
- Improbidade administrativa – Lei 8.429/92;
- Conceito;
- Sujeito passivo;
- Sujeito ativo;
- Atos de improbidade em espécies (atr 9º, 10 e 11 de LIA);
- Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário (art. 10 da LIA);
- Atos de violação de princípios (art. 11 da lia);
- Sanções cabíveis para quem pratica atos de improbidade (Art. 12 da LIA);
- Sanções fixas;
- Sanções que comportam graduações;

- Natureza jurídica;
- Procedimento para punição (art. 17 e ss. Da LIA);
- Legitimados ativos;
- Competência;
- Transação.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Criança e adolescente, princípios e direitos fundamentais do estatuto da criança e do adolescente;
- Introdução e breve esboço histórico;
- Normatização do direito da criança e do adolescente;
- Conceitos de criança e de adolescente;
- Da interpretação do estatuto da criança e do adolescente;
- Princípios fundamentais do direito da criança e do adolescente;
- Princípios da proteção integral;
- Princípio da prioridade absoluta;
- Princípio do respeito à condição peculiar da criança e do adolescente;
- Princípio da participação popular;
- Direitos fundamentais;
- Direito à vida e à saúde;
- Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade;
- Direito a convivência familiar e comunitária;
- O código civil e o direito a convivência familiar;
- Mudança de paradigma;
- Família natural – poder família;
- Conceito de família natural;
- Excepcionalidade da família substitutiva;
- Proibição de discriminação de filiação;
- Poder familiar no estatuto da criança e do adolescente;
- Da prática do ato infracional;
- Introdução;
- Conceito de ato infracional;
- Princípio da reserva legal e aplicação do direito penal a criança e ao adolescente considerado autor de ato infracional;
- Atendimento e medidas aplicáveis a criança;
- Natureza da medida protetiva;
- Espécies;
- Aplicação das medidas protetivas e generalidades do atendimento
- Procedimento de apuração de ato infracional praticado por adolescente;
- Fase policial;
- Fase do Ministério Público;
- Arquivamento;
- Concessão de remissão;
- Remissão judicial;
- Oferecimento da ação socioeducativa pública;
- Procedimento de apuração de ato infracional praticado por adolescente;
- Fase judicial;
- Sistema recursal;
- Medidas socioeducativas;
- Pressupostos para aplicação das medidas socioeducativas;

- Medidas socioeducativas;
- Medidas socioeducativas em espécie;
- Adoção e estágio de convivência;
- Consentimento dos pais para adoção;
- Situação que dispensam o consentimento;
- Sentença de adoção;
- Registro;
- Direitos sucessórios;
- Irretratabilidade e irrevogabilidade;
- Recurso;
- Adoção internacional;
- Do conselho tutelar e dos conselhos dos direitos;
- Do conselho tutelar;
- Princípios;
- Requisitos;
- Processo de escolha do conselho tutelar;
- Das atribuições do conselho tutelar;
- Dos impedimentos;
- Do conselho dos direitos da criança e do adolescente;
- Funções dos conselhos dos direitos;

DIREITO ELEITORAL

- Conceito de Direito Eleitoral;
- Fontes;
- Histórico;
- Reforma política;
- Norma eleitoral;
- Eficácia Temporal;
- Direito Eleitoral na Constituição Federal;
- Institutos de Democracia Direita ou Participativa – Lei 9.709/98;
- Sufrágio;
- Voto;
- Condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade;
- Sanções para quem não vota e não se alista;
- Concretização do alistamento;
- Documentos para se alistar;
- Transferência do Título;
- Cancelamento do Alistamento Eleitoral;
- Revisão do Eleitorado;
- Idade Mínima;
- Inelegibilidade;
- Classificação;
- Hipóteses legais de inelegibilidade – lei complementar 64/90;
- Lei Complementar n.º 135/2010;
- Inelegibilidade específica do militares;
- Classificação;
- Hipóteses legais de inelegibilidade – lei complementar 64/90;
- Inabilitação por exercício de cargo público (impeachment);
- Lei complementar 135/2010;

- A proibição de candidaturas múltiplas;
- A proibição de candidaturas em mais de uma circunscrição eleitoral;
- Condenados por abuso de poder;
- Inelegibilidade por exclusão profissional regulamentada;
- Para os servidores, juízes e promotores que perderem o cargo;
- Inelegibilidade por fraude matrimonial;
- Inelegibilidade em face de corrupção eleitoral;
- Inelegibilidade por doação ilegal;
- Renúncia;
- Desnecessidade de potencialidade para caracterização do abuso;
- Desincompatibilização;
- Quitação eleitoral;
- Partidos políticos;
- Conceito;
- Conceito jurídico;
- Sistemas partidários;
- Histórico dos partidos políticos no Brasil;
- Criação de um partido;
- Princípios dos partidos políticos;
- Requisitos para a criação de um partido político;
- Receitas partidárias;
- Fundo partidário;
- Sanções;
- Propaganda partidária;
- Coligações;
- Cláusula de barreira;
- Filiação partidária;
- Remessa das listas;
- Fidelidade e infidelidade partidária;
- Justiça eleitoral;
- Histórico;
- Competência da justiça eleitoral;
- Resoluções do TSE;
- Estrutura da justiça eleitoral;
- TSE;
- Justiça Eleitoral;
- TRE;
- Competência
- Zona eleitora;
- Junta eleitoral;
- Ministério Público eleitoral;
- Das Eleições;
- Sistemas eleitorais;
- Periodicidade;
- Limites para candidatura
- Pedido de registro de candidatura;
- Número dos candidatos;
- Seções eleitorais;
- Funções do Presidente;
- Nulidade da seção eleitoral;

- Garantias eleitorais;
- Nulidade das eleições;
- Propaganda política;
- Propaganda eleitoral antecipada
- Propaganda na internet;
- Pesquisas eleitorais;
- Propaganda em mídia impressa;
- Restrições à propaganda em mídia impressa;
- Debates;
- Propaganda em rádio e televisão;
- Propaganda gratuita em rádio e televisão;
- Propaganda no dia das eleições;
- Processo civil eleitoral;
- Regras gerais e princípios;
- Ações eleitorais em espécie;
- Impugnação ao registro da candidatura;
- Investigação judicial eleitoral;
- Ação de perda de cargo eletivo por desfiliação partidária;
- Mandado de segurança;
- Recurso especial eleitoral;
- Recurso ordinário eleitoral;
- Recurso inominado;
- Recurso extraordinário;
- Ação rescisória;
- Embargos de declaração;
- Embargos infringentes;
- Agravo de instrumento;
- Penas;
- Competência.
- Prerrogativa de foro;
- Rito;
- Execução de pena;
- Tipos penais eleitorais;
- Recurso contra a diplomação;
- Legitimados;
- Competência;
- Prazo;
- Rito;
- Ação de impugnação de mandato eletivo;
- Legitimados;
- Competência;
- Prazo;
- Rito;
- Representação em face de corrupção eleitoral;
- Objeto;
- Sanção;
- Prazo;
- Legitimado;
- Competência;
- Rito;

- Direito de resposta;
- Legitimados;
- Prazo;
- Competência;
- Crimes contra a honra eleitoral;
- Difamação eleitoral;
- Injúria eleitoral;
- Crime de desobediência;
- Divulgação de pesquisa fraudulenta;
- Boca de urna;
- Abuso de poder;
- Espécies de abuso;
- Princípios que regem a matéria;
- Abuso do poder cultural;
- Abuso do poder econômico;
- Financiamento de campanha;
- Constituição de comitê financeiro;
- Recursos para as campanhas;
- Competência para julgamento;
- Regra de transparência;
- Prazo para prestação de contas;
- Abuso do poder político – condutas vedadas aos agentes públicos;
- Vedações;

DIREITOS HUMANOS

- Direitos Humanos;
- Conceito;
- Fundamentações;
- Características dos Direitos humanos;
- Evolução Histórica dos Direitos Humanos;
- Sistema de Proteção Internacional dos Direitos Humanos;
- ONU;
- Declaração dos Direitos Humanos;
- Pacto de Direitos Cíveis e Políticos;
- Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e culturais;
- Textos internacionais;
- Convenção do estatuto dos refugiados;
- Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (1966);
- Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (1979);
- Convenção contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (1984);
- Mecanismos de Proteção;
- Convenção sobre Direitos da Criança;
- Órgão de monitoramento e de proteção dos Direitos Humanos;
- Liga das Nações Unidas;
- ONU – Organização das Nações Unidas;

- OIT – Organização Internacional do Trabalho;
- TPI – Tribunal Penal Internacional;
- Breve Retrospecto sobre o sistema de proteção universal;
- Sistema Interamericano de Direitos Humanos;
- História da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem;
- Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica;
- Principais Dispositivos e Ideias da Convenção Americana de Direitos Humanos;
- Mecanismos de Monitoramento e de Proteção dos Direitos Humanos;
- Alguns Direitos da Convenção Americana;
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- Composição da Comissão;
- Processamento de uma Denúncia na Comissão Interamericana;
- Procedimento da denúncia na comissão interamericana;
- Corte ou Tribunal Interamericano de Direitos Humanos;
- Medidas Provisórias;
- Sentença Proferida na Corte;
- Caráter Consultivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- Princípios que regem as relações internacionais do Brasil;
- As etapas de Incorporação dos tratados de direitos Humanos no Brasil;
- Hierarquia dos Tratados de Direitos Humanos;
- Federalização das causas de direitos humanos;
- Bloco de constitucionalidade;

PORTUGUÊS

- O emprego da vírgula;
- Exercícios;
- Respostas comentadas;
- Crase;
- A crase e as horas
- A crase e os dias da semana
- Alguns casos em que não ocorre crase
- Pode ou não ocorrer crase;
- Locuções em palavras femininas;
- Exercícios;
- Respostas comentadas;
- Concordância nominal;
- Substantivo modificativo por dois ou mais adjetivos;
- Adjetivos predicativos ou sujeito composto;
- Adjetivo predicativo do objeto composto;
- Obrigado
- Próprio, mesmo;
- Anexo
- Leso;
- Quite;
- Tal;
- Tal qual;

- Um e outro, nem um nem outro + substantivo;
- Bastante;
- Pseudo;
- Meio;
- Só;
- Possível;
- É proibido, é necessário, é bom, etc.
- Pronomes de tratamento;
- Cor de + substantivo;
- Adjetivos compostos formados de adjetivo +adjetivo;
- Adjetivos compostos formados de adjetivo + substantivo;
- Azul-marinho, azul-celeste;
- Exercícios;
- Respostas comentadas;
- Concordância verbal;
- Sujeito simples;
- Sujeito coletivo no singular + Substantivo plural;
- Nome próprio plural;
- O sujeito e pronome de tratamento;
- Qual de nós, qual de vós;
- Quais de nós, quais de vós;
- Mais que..., cerca de..., perto de... +numeral + substantivo;
- A maioria de ..., a metade de..., parte de ...+ substantivo plural;
- O sujeito é o pronome relativo *que*;
- O sujeito é o pronome relativo *quem*;
- Porcentagem;
- Sujeito composto anteposto ao verbo;
- Pessoas gramaticais diferentes;
- Sujeito composto posposto ao verbo;
- Sujeito composto resumido por palavra ou expressão no singular;
- Sujeito composto ligado por *ou*;
- Sujeito composto ligado por expressão correlativa;
- Sujeitos composto ligado por *com*;
- Um e outro, nem um nem outro;
- Um ou outro
- Um dos que;
- Sujeito oracional;
- Verbo *parecer* + infinitivo;
- Verbos bater, dar, soar;
- Concordância do verbo ser;
- Casos de concordância com o sujeito;
- Casos de concordância com o predicado;
- Casos de concordância com o sujeito ou com o predicativo;
- Silepse ou concordância ideológica;
- Silepse de gênero;
- Silepse de número;
- Silepse de pessoa;
- Exercícios;

- Respostas comentadas;
- Ortografia;
- O emprego do hífen;
- Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares;
- Do hífen nas formações com prefixos;
- Do hífen nas formações com sufixos;
- Outros casos de emprego do hífen;
- Significação das palavras;
- Sentido próprio e sentido figurado;
- Sinônimo e antônimo;
- Hipônimos e hiperônimos;
- Palavras polissêmicas;
- Homônimos;
- Parônimos;
- Exercícios;
- Respostas comentadas;
- Acentuação gráfica;
- Conceitos preliminares;
- Encontros vocálicos;
- Classificação dos vocálicos quanto ao acento tônico;
- Regras de acentuação;
- Proparoxítonas;
- Monossílabos tônicos;
- Oxítonos;
- Paroxítono;
- Casos especiais;
- Acentos diferenciais obrigatórios;
- Que/quê/por que/ por quê/porque/porquê;
- Exercícios;
- Respostas comentadas;